

**CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG**  
**LUCAS KEN ASSADA**

**FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: ARQUITETURA JAPONESA:**  
**REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DO JAPÃO EM GOIOERÊ-PR**

**CASCABEL**

**2017**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG**

**LUCAS KEN ASSADA**

**FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: ARQUITETURA JAPONESA:  
REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DO JAPÃO EM GOIOERÊ-PR**

Trabalho de Conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo, da FAG, apresentado na modalidade Projetual, como requisito parcial para a aprovação na disciplina: Trabalho de Curso: Qualificação.

Orientador: Arq<sup>a</sup> Tainã Lopes Simoni

**CASCABEL**

**2017**

## **RESUMO**

O presente trabalho tem por finalidade apresentar uma proposta teórica projetual de revitalização da Praça do Japão, localizada na cidade de Goioerê – PR. O local no qual será desenvolvido a proposta encontra-se degradado, apresentando uma situação precária e devido à ausência de manutenção, este acaba muitas vezes sendo marginalizado, além de não apresentar uma relação clara com a cultura japonesa encontrando-se assim subutilizada e consequentemente abandonada, sendo diversas vezes utilizada como ponto de tráfico de drogas, prostituição, assalto, entre outros problemas. Portanto, devido à falta desses espaços urbanos preservados e a dificuldade que a cidade tem em proporcionar uma melhor qualidade de vida, interação social e desenvolvimento cultural para a população, foi elaborado uma proposta com o intuito de promover um aspecto cultural referente ao espaço disponibilizando por meio de elementos relacionados à cultura japonesa, além de preservar a área deteriorada trazendo uma fisionomia aperfeiçoada e resgatar à qualidade como espaço urbano. A proposta a ser realizada na praça será desenvolvida através de pesquisas em campo, registrando as modificações que serão necessárias, com enfoque em temas de paisagismo e paisagem urbana, estudos de obras correlatas que se tornaram referências para a criação das ideias do projeto, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos usuários para que todos possam usufruir do local de forma agradável no seu tempo livre.

**Palavras chave:** Revitalização. Praça. Cultura. Espaço Urbano. Paisagismo.

# SUMÁRIO

|                                                                     |           |
|---------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>                                           | <b>6</b>  |
| 1.1 TÍTULO .....                                                    | 6         |
| 1.2 ASSUNTO/TEMA .....                                              | 6         |
| 1.3 JUSTIFICATIVA.....                                              | 6         |
| 1.3.1 Justificativa Sociocultural .....                             | 7         |
| 1.3.2 Justificativa Acadêmico-Científica .....                      | 7         |
| 1.3.3 Justificativa Profissional .....                              | 7         |
| 1.4 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA .....                                    | 7         |
| 1.5 FORMULAÇÃO DA HIPÓTESE .....                                    | 8         |
| 1.6 OBJETIVOS DA PESQUISA .....                                     | 8         |
| 1.6.1 Objetivo geral.....                                           | 8         |
| 1.6.2 Objetivos específicos .....                                   | 8         |
| 1.7 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....                                     | 9         |
| <b>2 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS NOS FUNDAMENTOS ARQUITETONICOS .....</b> | <b>11</b> |
| 2.1 NA HISTÓRIA E TEORIAS .....                                     | 11        |
| 2.2 NAS METODOLOGIAS DE PROJETOS .....                              | 12        |
| 2.3 NO URBANISMO E PLANEJAMENTO URBANO .....                        | 14        |
| 2.4 NA TECNOLOGIA DA CONSTRUÇÃO .....                               | 16        |
| <b>3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E SUPORTE TEÓRICO .....</b>              | <b>18</b> |
| 3.1 A PRAÇA .....                                                   | 18        |
| 3.1.1 Conceito .....                                                | 18        |
| 3.1.2 Praças Brasileiras .....                                      | 19        |
| 3.1.3 Relação Espaço Público e Cidade .....                         | 20        |
| 3.2 PAISAGISMO .....                                                | 22        |
| 3.3 PAISAGEM URBANA .....                                           | 24        |
| 3.4 GOIOERÊ – PR .....                                              | 25        |
| 3.4.1 Localização e Características Geográficas.....                | 25        |
| 3.4.2 História da cidade.....                                       | 26        |
| 3.4.3 Origem do nome.....                                           | 26        |
| 3.4.4 Meio ambiente e lazer .....                                   | 27        |

|                                                |           |
|------------------------------------------------|-----------|
| 3.5 ARQUITETURA JAPONESA .....                 | 27        |
| 3.5.1 Origem e Métodos Construtivos .....      | 27        |
| 3.5.2 Jardins Japoneses .....                  | 29        |
| <b>4 CORRELATOS.....</b>                       | <b>35</b> |
| 4.1 PRAÇA DO JAPÃO (CURITIBA – PR).....        | 35        |
| 4.2 PRAÇA PORTUGAL (FORTALEZA – CE).....       | 36        |
| 4.3 PRAÇA ARY COELHO (CAMPO GRANDE – MS) ..... | 39        |
| <b>CONCLUSÃO .....</b>                         | <b>42</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                       | <b>43</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 TÍTULO

Fundamentos Arquitetônicos: Arquitetura Japonesa: Revitalização da Praça do Japão em Goioerê – PR.

### 1.2 ASSUNTO/TEMA

A revitalização da Praça do Japão trata-se de uma proposta de intervenção urbana no município de Goioerê localizado no estado do Paraná, e tem como objetivo revitalizar o espaço público degradado.

O potencial de Goioerê, é somado ao rico patrimônio histórico e cultural e pela influência da população japonesa ao município. Tendo em base essas potencialidades, o projeto visa o aperfeiçoamento da praça, levando em conta as tradições da cultura oriental predominante no local e a preservação do patrimônio histórico da cidade.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

O município de Goioerê apresenta grande influência japonesa, prova desta é a Associação Cultural Esportiva Nipônica de Goioerê (ACENG), um centro de eventos onde são realizados festivais e práticas de esportes relacionados a cultura japonesa, e a Praça do Japão, um espaço de lazer que remete o estilo cultural das praças japonesas.

Os moradores do bairro sentem a necessidade de mais lugares de convivência. As praças são lugares onde as pessoas podem interagir e criar vínculos, gerando maior qualidade de vida e movimento no local, proporcionando melhor segurança ao bairro. Porém, atualmente, a praça de Goioerê apresenta uma situação precária, ausência de manutenção, baixo fluxo de pessoas, e conseqüentemente, encontra-se abandonada, sendo muitas vezes usada como ponto de tráfico de drogas, prostituição, assalto, entre outros problemas. Assim, a população não frequenta o espaço público devido aos problemas que estão assumindo o local, levando a Praça do Japão a ser designado como área de perigo ao invés de lazer pelos moradores.

### 1.3.1 Justificativa Sociocultural

Com a execução da proposta, a cidade irá adquirir um conhecimento cultural mais amplo, abrangendo os fatores sociais em relação ao seu entorno, assim, proporcionará à Goioerê o estilo da arquitetura japonesa, trazendo o mais próximo da cultura oriental aos moradores. O município irá conquistar um aspecto sociocultural por meio da interação dos habitantes com os traços da cultura japonesa provenientes da Praça do Japão.

### 1.3.2 Justificativa Acadêmico-Científica

A proposta da revitalização da Praça do Japão contribuirá a formação acadêmica, a partir dos conhecimentos adquiridos da cultura japonesa, os aspectos sociais, culturais, paisagistas. A importância da revitalização, a mudança que proporcionará à população que irá frequentar o espaço revitalizado e uma cultura exótica para a cidade são informações que irá aprimorar o conhecimento do universitário.

### 1.3.3 Justificativa Profissional

Este projeto ampliará na carreira profissional a partir do vasto conhecimento abrangido pela proposta. O futuro arquiteto já terá entendimento do tema, e poderá realizar com mais desenvoltura outros projetos referentes a este. Portanto a proposta contribuirá na elaboração de futuros projetos, assim como para a sociedade.

## 1.4 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

A Praça do Japão é um local de extrema importância para a cidade pois tem referência a colonização da mesma. No entanto, atualmente este espaço público urbano não apresenta uma relação clara com a cultura japonesa e também se encontra subutilizada. Desta forma o presente trabalho apresenta a seguinte problemática: Com o projeto de revitalização da Praça do Japão será possível proporcionar à cidade um espaço mais íntimo da cultura japonesa, que lhe deu origem, bem como estimular seu uso?

## 1.5 FORMULAÇÃO DA HIPÓTESE

O processo de revitalização é fundamental para o resgate da identidade urbana, pois quando os espaços públicos urbanos se encontram deteriorados, o estado de abandono se reflete em seu uso e na imagem do seu entorno. Revitalizar o espaço degradado é visar a melhoria deste, junto ao seu entorno. Dadas as circunstâncias da Praça do Japão, o processo visa além da melhoria, conseguir trazer ao local o aspecto cultural referente às praças japonesas, pois esta não possui características pertencentes a mesma, com isso, acaba não estabelecendo à cidade um espaço mais íntimo da cultura japonesa.

Assim, após a revitalização, o local trará à cidade, não apenas o aperfeiçoamento do espaço público urbano, mas também será concebido toda a tradição cultural japonesa buscada através de correlatos. Desse modo, os moradores passarão a desfrutar de uma das áreas de lazer e estimular o uso desta, atribuídas com uma cultura diferente em relação as predominantes na cidade.

## 1.6 OBJETIVOS DA PESQUISA

### 1.6.1 Objetivo geral

Revitalizar a Praça do Japão em Goioerê – PR, para que se torne um ambiente de convivência entre os moradores, visando a melhoria paisagística, urbana e a qualidade de vida dos moradores do local. Além de oferecer uma cultura de grande influência no município.

### 1.6.2 Objetivos específicos

- Analisar a contribuição da revitalização nos espaços públicos urbanos, para a melhoria da qualidade destes, assim como para a melhoria da qualidade de vida urbana.
- Compreender a importância do processo de revitalização nos ambientes degradados
- Elencar a importância do patrimônio cultural preservando a história da cidade
- Realizar levantamento fotográfico do local para o melhor entendimento e planejamento da proposta

- Fundamentar os elementos da arquitetura japonesa mantendo a tradição da cidade de Goioerê.
- Pesquisar correlatos da cultura oriental, e implantar elementos referentes à esta, visando atribuir no espaço público urbano proposto
- Elaborar proposta projetual para a Praça do Japão

## 1.7 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Font (2003), a praça é um espaço público urbano de reunião, construído para a sociedade, composta por símbolos e significados, marcos centrais da constituição de trajetos, do ir e vir, ponto de chegada e partida, concentração e dispersão, palco representativo da dimensão cultural e histórica da cidade.

Um aspecto importante apontado por Habermas (1984) é entender a praça como o espaço público por excelência, um lugar onde o individual torna-se coletivo, o privado torna-se público e o público forma a opinião pública. Ou seja, mais que um lugar de lazer, a praça é um lugar da cidadania.

As praças, parte do espaço urbano, são as áreas de lazer utilizadas para o bem-estar da sociedade. Sua reforma e revitalização contribui para a construção de um espaço seguro de convivência e lazer e promover a adoção de praças pelas prefeituras é uma forma de revitalizar os espaços e mantê-los limpos e conservados, tendo em vista a dificuldade que os municípios possuem em atender a uma demanda muito elevada em relação às necessidades da sociedade (CORREA, 2014, p. 10).

Com seus diversos significados – funcionais ou morfológicos – a praça representava o espaço de maior vitalidade urbana. Eram, segundo Lynch (1997), espaços referenciais, atuando como ‘marcos visuais’ e como ‘pontos focais’ na organização da cidade. Esse status alcançado pela praça ainda se faz presente no imaginário urbano, embora apresentem transformações significativas, as praças representam verdadeiros nós de convergência social e são espaços essenciais ao cotidiano da cidade, assim a praça não pode ser pensada como um objeto isolado, mas como um elemento pertencente à cidade.

O ex-prefeito de Goioerê Beto Costa destacou a Praça do Japão, sendo um local de lazer e uma homenagem à cultura japonesa que teve grande influência para o crescimento da cidade. “A Praça do Japão é uma homenagem à Colônia Japonesa, que muito contribuiu para o desenvolvimento de Goioerê” destacou o prefeito (GOIONEWS, 2013).

Silva (2009) caracteriza a arquitetura japonesa pelas fundações especiais, os cômodos arejados, telhado inclinado e piso interno coberto por tatame, tendo a madeira como o material mais utilizado. A respeito da paisagem urbana das cidades japonesas, adquire estilos e formas variados, em alguns momentos contraditórios porém com características fortes e dinâmicas que são reflexo da cultura contemporânea japonesa.

## 1.8 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

Para desenvolver o projeto proposto, serão realizadas pesquisas bibliográficas, análise de dados buscados através de sites especializados, artigos, teses, trabalhos e livros voltados para a área, com intuito de fornecer ao leitor recursos suficientes para um melhor entendimento deste. O método a ser utilizado nesta pesquisa terá ênfase na abordagem qualitativa e quantitativa, que segundo Oliveira e Araújo (2010), este tipo de metodologia tem como objetivo de viabilizar uma maior quantidade de dados para a comprovação do problema exposto.

Segundo Minayo (1993, p. 247): "a relação entre quantitativo e qualitativo (...) não pode ser pensada como oposição contraditória (...) é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais 'concretos' e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente e vice-versa".

## 2 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS NOS FUNDAMENTOS ARQUITETONICOS

### 2.1 NA HISTÓRIA E TEORIAS

Segundo Colin (2000), a arquitetura é considerada tradicionalmente como uma das belas-artes, onde também estão inseridas a escultura, pintura, música e o teatro. E para que ela seja considerada como arte, é preciso que a edificação toque a sensibilidade do observador, proporcionar a contemplação, estimular a apreciação do edifício por meio de seus aspectos físicos, e não apenas atender os requisitos técnicos e estruturais. Em concordância com Silvio Colin, Zevi (1996) ressalta a importância das formas arquitetônicas, de acordo com a teoria de *Einfuhlung*, em que o espectador passa a brandir em simpatia simbólica com elas, porque desperta reações em nosso corpo e em nosso espírito.

“O arquiteto é como o médico – não há espaço para a discriminação de valores em seu pensamento; ele deve dedicar sua atenção a todos os valores igualmente e deve simplesmente providenciar para que aquilo que pratica faça com que alguém se sinta melhor.” (HERTZBERGER, 1999, p. 267)

A arquitetura do final do século XIX apresentava um nível elevado em relação às execuções técnicas. De acordo com Reis Filho (2002), os arquitetos e engenheiros dessa época conseguiram trazer os estilos desta, por meio do perfeccionismo dos detalhes e apesar de dependerem dos materiais importados, eles se sobressaíam com suas habilidades técnicas de construção e atendiam os requisitos mais complexos da estrutura e acabamento; desse modo, a arquitetura passava por uma grande evolução. Contudo, ao iniciar o período modernista, a arquitetura desta época exposta por Dias (2006, p. 46): “reproduz o sonho gótico no espaço e, explorando acertadamente a nova técnica para realizar com extremo apego e audácia as suas intuições artísticas, estabelece com os amplos vitrais que se tornaram agora paredes de vidro, o contato absoluto entre os espaços interior e exterior”.

Em relação à arquitetura modernista, Zevi (1996) define como arquitetura, aquela que leva em consideração o seu espaço interior, assim, é visto como bela arquitetura, quando este atrai e proporciona espiritualidade ao observador, caso provocar aborrecimento e repulsa a ele, é denominada como arquitetura feia. Contudo, o que não apresenta espaço interior não deve ser definido como arquitetura.

Conforme Dias (2006), a arquitetura grega era idealizada a partir do espaço exterior, a romana a partir do espaço interior, já a arquitetura de hoje é concebida pelo

equilíbrio entre o espaço interior e o exterior. Todavia, é notável a apresentação de espaços comuns construídos, principalmente em formato de estádios ou clubes de esportes. “A praça como experiência de livres encontros humanos é de uma inexistência praticamente total, especialmente nas cidades modernas.” (COELHO, 1999, p. 55). Assim, este espaço público urbano representa para os japoneses uma simbologia única, sendo um local destinado não apenas para desfrutar a paisagem, mas como também a contemplação das esculturas religiosas inseridas, a meditação, um lugar onde o ser humano consiga absorver energias provenientes da natureza e dos deuses.

Deve-se levar em consideração ao projetar um espaço, segundo Hertzberger (1999), a finalidade no qual este servirá ou não para a sociedade e o seu tamanho apropriado. Tendo como evidente conclusão: O espaço oferecerá mais possibilidades quanto maior ele for. Porém nem sempre este método acaba funcionando. Ainda no ponto de vista de Hertzberger (1999), as concepções do ambiente constituem não somente as quais enxergamos, assim como ouvimos, notamos, e também cheiramos. Um projeto tem como finalidade de apresentar ao cliente não apenas o que é de fato perceptível, mas também proporcionar sensações a este. Deste modo, o projeto definitivo precisa apresentar uma harmonia em relação aos elementos intelectuais e emocionais que o arquiteto possa imaginar e também com as percepções sensoriais do espaço.

A arquitetura não é uma consequência direta das condições sociais porque então, para condições sociais idênticas, haveria sempre a mesma arquitetura. Ela é uma forma de viver, de ir ao encontro da realidade, procurando transforma-la segundo os alvos sociais dos agentes. Pode, portanto, adquirir significados contraditórios, segundo os grupos sociais pelos quais é utilizada. Mas sempre e necessariamente, se não é caso particular, isto é, se é utilizada por grupos sociais e tem generalidade, é porque adquiriu significado social para o grupo (REIS FILHO, 2002, p. 186).

## 2.2 NAS METODOLOGIAS DE PROJETOS

De acordo com Lira (2001), o paisagismo é um novo ramo para o conhecimento do homem, mesmo que suas origens datam à história da própria existência do ser humano. Compreende-se que o paisagismo entrou na vida do homem a partir do momento em que ele deixou seu comportamento nômade para procurar uma habitação em um determinado lugar e explorar o meio que o cerca. A partir disso, ele começou a empregar o paisagismo para atender suas necessidades estéticas e funcionais.

Os arquitetos paisagistas estão proporcionando grandes mudanças no nosso

período, Waterman (2010) afirma que estes trabalham na revitalização urbana e realização de planos diretores, lidam com as mudanças climáticas, resolvem os perigos causados pelo meio ambiente, geram comunidades sustentáveis, projetam áreas esportivas e criam espaços públicos como praças, parques e ruas utilizadas pelo homem, assim acabam desempenhando um papel importante a partir destas soluções proporcionadas.

Segundo Robba (2003), Roberto Burle Marx foi o paisagista brasileiro mais importante do século XX. “Sua importância não estava somente relacionada às novas formas, à ruptura com os padrões ecléticos de desenho [...], mas esteve e está diretamente ligada à criação de uma linguagem paisagística brasileira” (ROBBA, 2003, p. 112).

Abbud (2006) descreve o paisagismo como a única expressão artística que engloba os cinco sentidos do homem. Pois enquanto a escultura, pintura, arquitetura e outras artes usam apenas a visão, o paisagismo utiliza além deste, a audição, o tato, o olfato e o paladar, o que contribui o observador a obter uma experiência perceptiva mais aprimorada. Deste modo, se um jardim conseguir aguçar todos os sentidos do ser humano, seu papel será cumprido.

A respeito dos jardins e a história destes, Leenhardt (2006) cita que Burle Marx elaborou algo inovador ao Brasil, com base nas importantes formas europeias. De acordo com isto é plenamente constante numa atual presença de receptividade na tonalidade onde a construção coloca separadamente a parte ilustrativa, na concepção arcaica do conceito, no qual este método subjetivo, proporcionou sensações receptivas a reflexão orgânica. Burle Marx está presente nesta receptividade, que o remeta a coerência extrema com distancia de que se pode observar, no entanto sem excedê-la, visto que esta é a sua concepção, pensamento e crescimento inerente.

É preciso elaborar o projeto de um jardim antes de apresentar o desenho definitivo da proposta, que de acordo com Neufert (2004), posto que os acessos de automóveis, as entradas, terraços e a altura ou nível da planta inferior e a situação geral do edifício, estão estreitamente relacionadas com a distribuição do jardim. Portanto, este precisa ter certa relação referente aos jardins vizinhos, assim como as formas arquitetônicas de uma determinada construção devem ter uma harmonia compatível aos edifícios adjacentes.

Na Antiguidade, o jardim era um espaço atribuído para o uso da meditação e contemplação à natureza, embora essa natureza fosse uma nova criação humana do ambiente selvagem. O jardim representava naquela época, uma metáfora do Éden, que remetia uma imagem do paraíso e da tranquilidade celestial. No conceito de Robba (2003), este período deu origem às praças ajardinadas, que foi um marco na história dos espaços livres urbanos

brasileiros. Portanto, com o passar dos tempos, a praça foi adquirindo uma definição diferente, sendo designada agora como um local repleto de jardins destinada à população para realizar atividades de lazer, convívio e passeio.

Os Jardins japoneses apresentam características exclusivas em relação aos demais. Conforme Lira (2001), estes não apresentam muito o uso das plantas, sendo não apenas uma representação da paisagem, mas também como uma visão a contemplação e meditação a partir das artes dos monumentos orientais. Para os japoneses, o jardim é considerado como elemento de simbolismo, que transmite uma mensagem espiritual, e fornece por meio de suas esculturas, características para a prática empregada pelos costumes e filosofias religiosas budistas típicas desta cultura oriental. Também são utilizados em sua vegetação o musgo, o caniço, o bambu, o pinheiro e o Ácer – planta tradicional do Oriente – cuja suas folhagens adquirem tons diferentes, ao mudar de uma estação à outra. Por meio desta espécie arbórea, os jardins orientais recebiam grande valorização paisagística e proporcionavam contraste como representação de jardim-paisagem.

Em concordância com Lira, Abbud (2006) explana a respeito do jardim e sobre a concepção deste na visão dos orientais da seguinte maneira:

A princípio, todo jardim pode ter seus limites físicos ampliados virtualmente. Isso é possível e sempre bem-vindo com seu prolongamento para os arredores, pela união visual com os entornos, mesmo que eles não estejam em nossa propriedade. Os orientais chamam isso de capturar as paisagens adjacentes: somam-se vistas aos espaços projetados, por meio de aberturas na massa de vegetação ou enquadramentos, por exemplo, de modo que resultem em ambientes sensorialmente mais amplos (ABBUD, 2006, p. 24).

Os japoneses, no entanto, têm um ponto de vista sobre os jardins diferente dos demais, pois sua concepção deste, era de uso religioso, com a presença de monumentos, obras, templos designados aos budas. Assim, eles não utilizavam apenas a visão, mas também todos os outros sentidos para captar a presença das energias provindas dos deuses contemplados por eles.

## 2.3 NO URBANISMO E PLANEJAMENTO URBANO

Para Benevolo (1993), a cidade – local de estabelecimento aparelhado, diferenciado e ao mesmo tempo privilegiado, sede da autoridade - nasce da aldeia, mas não apenas esta que passou por um crescimento. Ela se desenvolve quando as atividades passam a

ser executadas não pelas pessoas que cultivam a terra, mas por outras que não têm este dever, e que são mantidas pelas primeiras com o restante do produto total. A partir disto, surge o contraste entre os grupos sociais dominantes e subalternos: deste modo, os serviços já podem evoluir através da especialização, e a produção agrícola pode crescer utilizando estes serviços. A sociedade se torna capaz de desenvolver e de projetar o seu crescimento. A cidade, origem maior desta evolução, além de ser maior do que a aldeia, obtém aceleração em seu crescimento.

O que distingue a cidade da aldeia não é a extensão, nem o tamanho, mas a presença de uma alma da cidade, (...) a coleção de casas aldeã, cada uma com a sua própria história, converte-se num todo conjugado. E este conjunto vive, respira, cresce, adquire um rosto peculiar, uma forma e uma história interna (GOITIA apud SPENGLER, 2002, p.16-17).

De fato, conforme Cullen (1971), uma cidade é caracterizada não apenas da soma da quantidade do número de habitantes, como também do bem-estar, a qualidade de vida que leva a sociedade a preferir viver em comunidade do que afastadas e isoladas. Já Lynch (1997) define a cidade – relacionado à uma obra arquitetônica – como uma construção de grande escala no espaço.

Na opinião de GOITIA (1992), o crescente desenvolvimento das cidades e das formas de vida urbana é um dos fenômenos que melhor caracteriza nossa civilização contemporânea. A cidade é resultado de uma série de processos históricos. É possível observar ao longo deste século e do passado o aumento acelerado da migração da população rural para as cidades. Tal fato tem modificado a distribuição da população mundial.

Com o crescimento populacional, ocorre a concentração da população em aglomerações a serviço das indústrias - é o fenômeno da urbanização criando novas cidades e transformando por completo as já existentes, explica Almeida (1995). Este fenômeno definido como urbanismo é a disciplina que busca solucionar os problemas urbanos.

A urbanização da sociedade brasileira tem constituído, sem dúvida, um caminho para a modernização, mas, ao mesmo tempo, tem contrariado aqueles que esperavam ver, nesse processo, a superação do Brasil arcaico, que, muitos supunham, estava vinculado à hegemonia da economia agroexportadora. O processo de urbanização recria o atraso através de novas formas, como contraponto à dinâmica de modernização (MARICATO, 2001, p. 15).

Segundo Romero (2001) são estabelecidas as áreas públicas objetivas ao meio

urbano da maneira que os mesmos ambientes essenciais que constantemente conservam as zonas edificadas, que por vezes lhes confirmam suas proporções, de acordo com a sua respectiva relevância e qualidades. Esses fundamentos são primordiais para a perspectiva urbanística as quais formam zonas de vivência, que compreendem a localidade. Mediante ao assunto metodológico, abandonamos as ruas. Ainda que a via seja um elemento urbano essencial, em que tudo ocorre, a praça é contemporaneidade, o principal ambiente favorável de preservação e o aumento de serviços públicos que não consomem.

[...] A praça é um elemento morfológico das cidades ocidentais e distingue-se de outros espaços, que são resultado acidental de alargamento ou confluência de traçados – pela organização espacial e intencionalidade de desenho. Esta intencionalidade repousa na situação da praça na estrutura urbana no seu desenho e nos elementos morfológicos (edifícios) que a caracterizam. A praça pressupõe a vontade e o desenho de uma forma e de um programa. Se a rua, o traçado, são os lugares de circulação, a praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente de funções estruturantes e arquiteturas significativas [...] A praça reúne a ênfase do desenho urbano com o espaço coletivo de significação importante [...] Na urbanística moderna, a praça permanece, embora suscitando as dificuldades de delimitação e definição provocadas pela menor incidência dos edifícios e fachadas na sua definição [...] (LAMAS, 1993, p. 100-102).

Portanto, conforme Maricato (2001), é importante que um diretor municipal possa cumprir atualmente no Brasil, a construção um espaço de convivência e administração de conflitos, assim formando cidadãos interlocutores sobre os principais problemas da cidade.

## 2.4 NA TECNOLOGIA DA CONSTRUÇÃO

De acordo com Olgyay (1998), como ideia inicial, é preciso realizar um estudo do clima da região e do local onde será projetado a edificação, pois as variações climáticas interferem no ambiente construído. Em relação ao clima, as nuvens, o sol, as precipitações, o vento, a umidade e a temperatura são os elementos que mais interferem no nível de conforto ou desconforto do ser humano.

As pessoas devem se sentir satisfeitas nos ambientes em que se situam. Segundo Miquelin (1992), a arquitetura é responsável pela formação de espaços confortáveis. Assim, quanto melhor a condição do ambiente, menor o esforço físico que o ser humano terá de fazer para se adaptar a alguma atividade.

Conforto Térmico é um estado de espírito que reflete a satisfação com o ambiente térmico que envolve a pessoa. Se o balanço de todas as trocas de calor a que está submetido o corpo for nulo e a temperatura da pele e suor estiverem dentro de certos limites, pode-se dizer que o homem sente Conforto Térmico (ASHRAE, 1993, p. 41).

Além do conforto térmico, outro fator importante a ser analisado é o conforto visual, que conforme Lamberts (1997, p. 44): “é o principal determinante da necessidade de iluminação em um edifício. A boa iluminação deve ter direcionamento adequado e intensidade suficiente sobre o local de trabalho, bem como proporcionar boa definição de cores e ausência de ofuscamento.” Tanto o conforto térmico quanto o conforto visual devem estar associados no projeto arquitetônico. Esta junção aplicada à um determinado projeto, permite que este tenha um desempenho energético da arquitetura mais aprimorado, que sendo adequada aos requisitos do usuário, consumirá menor quantidade de energia para o condicionamento luminotécnico e térmico, explana Lamberts (1997).

Segundo Serra (1989) a arquitetura bioclimática pode ser definida como a arquitetura que otimiza as relações energéticas com o ambiente natural circundante a partir do projeto arquitetônico. O termo bioclimático reúne em si mesmo uma relação entre o fator humano e o ambiente externo. A arquitetura funciona como um intermediador entre o homem e o meio, buscando conforto para os usuários por meio da adaptação do espaço construído aos condicionantes climáticos locais, numa relação de respeito e interatividade.

De acordo com Wong (2010) o desenho é um desenvolvimento de constituição visual que tem finalidade. Ao contrário da pintura e da escultura, que dão existência a por em pratica as visões e sonhos próprios dos artistas, o desenho ocupa carências de conhecimento. Uma realização de desenho gráfico obriga a ser situadas a frente do olhar coletivo e passar adiante uma mensagem aprovada. Um produto industrial precisa acolher as imposições dos clientes.

Considera-se sobre herança cultural tudo aquilo as quais, tratando-se de aspectos, construtivos e ambientais, de acordo com (BRAGA, 2003, p. 07) a congregação outorgue interesse espacial, “estético, artístico, documental, ecológico, histórico, científico, social ou espiritual e que constitua um patrimônio cultural essencial a transmitir às gerações futuras”.

Posto que, se a composição de arte é em primeiro lugar uma consequência do exercer humano e, bem como, não pode se submeter para a sua constatação das opções de um interesse ou de uma moda, determina-se, contudo, uma preferência de interesse histórico com referência aquela estética, explica Brandi (2004).

No entanto, devido à época, Rossi (2001) conclui, que a urbanização aumenta relativamente, apresenta discernimento monumental. Na sua concepção encontram-se objetivos inusuais, ao mesmo tempo, a cidade torna indispensável e muda as considerações da sua evolução.

### **3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E SUPORTE TEÓRICO**

#### **3.1 A PRAÇA**

##### **3.1.1 Conceito**

São inúmeros os conceitos de praça definidos por diversos autores, Robba e Macedo (2002) definem a praça como um espaço livre público e urbano de edificação, destinado ao convívio da população e ao lazer, sendo acessível aos cidadãos e sem a presença de veículos. Já Dizeró (2006) descreve a praça sendo um espaço atribuído por símbolos, que junta o imaginário e o real, marco arquitetônico e local de ação, palco de transformações históricas e socioculturais, sendo fundamental para a cidade e seus cidadãos que constitui um local de convívio social por excelência, integração e sociabilidade entre a população.

Simultaneamente uma construção e um vazio, a praça não é apenas um espaço físico aberto, mais também um centro social integrado ao tecido urbano. Sua importância refere-se a seu valor histórico, bem como sua participação continua na vida da cidade (ALEX, 2008, p. 23).

Segundo Alex (2008), ela contém elementos que atraem a população e facilitam encontros e prática de esportes, sendo uma forma de lazer integrada aos usuários. É a mais bela expressão da vida social, que jamais será alcançada pelo planejamento urbano e pelo homem. A simplicidade dos espaços é um convite para liberdade social e moral de todas as pessoas que a utilizam.

A praça pública é o espaço da criação de vínculos e é nela que acontecem os encontros do cotidiano nos grandes centros urbanos. Seguindo este conceito, Lamas (1993) caracteriza a praça como um lugar público intencional de permanência, de encontro, de comércio e de circulação, sendo um palco para importantes eventos, comemorações e

manifestações, onde a Arquitetura assume um lugar essencial. Tem um papel fundamental no meio urbano e na vida dos seus cidadãos, pelo que defendem que há uma ligação entre a qualidade urbana e a vida no espaço público.

### 3.1.2 Praças Brasileiras

A praça como um espaço livre constitui, desde sua origem, sendo uma referência urbana marcado pela convivência da população. Assim sendo de importante valor histórico e cultural urbano que reflete o surgimento e o desenvolvimento de inúmeras cidades, especialmente, no Brasil (GOMES, 2005).

Segundo Gomes (2005), as primeiras praças brasileiras surgem no país no período colonial, tendo em relação à Igreja Católica. Em geral, elas foram construídas no entorno das igrejas, concebendo os primeiros espaços livres, públicos e urbanos. Atraiam as residências mais luxuosas, os prédios públicos mais importantes e o principal comércio, além de servirem como local de convivência da comunidade e como elo entre esta e a paróquia.

De acordo com Robba e Macedo (2002) as praças coloniais brasileiras tinham como a principal característica formal a presença de um templo em seu entorno, posteriormente eram implantados edifícios importantes aos arredores. Ainda segundo os autores, após o período colonial, surgiu uma nova fase denominada de ecletismo, onde as praças brasileiras ganhavam outra função e durante este período, teve como marco o surgimento das praças ajardinadas na história dos espaços livres urbanos no país e, deste modo, as praças deixaram de ser apenas espaços vazios e passaram a ser projetadas a partir da influência europeia, com a finalidade do uso para o passeio, a contemplação, o convívio social e cenário.

Posteriormente, no período moderno as praças eram projetadas de uma maneira que faria a população a permanecer no local. Nesta fase, o lazer era um dos itens mais valorizados nos espaços livres públicos urbanos e tendo como itens indispensáveis nestes locais as atividades esportivas e as recreações infantis (BOVO *et al*, 2016).

O período contemporâneo é marcado pela aceleração da vida urbana causado pelas grandes transformações industriais, as praças adquirem características significativas, sendo cada vez mais valorizadas. Conforme Robba e Macedo (2002) as principais qualidades e características atribuídas pelos espaços públicos urbanos neste período foram: o aperfeiçoamento na ventilação, na aeração urbana, na drenagem das águas pluviais e proteção

do solo contra erosão, a melhoria da insolação de áreas muito adensadas, ajuda no controle da temperatura (valores ambientais); como opção de lazer urbano (valores funcionais); como objetos referenciais e cênicos da cidade, exercendo papel importante na identidade do bairro ou da rua (valores estéticos e simbólicos).

Os benefícios trazidos pelas praças públicas segundo Viero e Filho (2009) derivam tanto da presença de vegetação quanto aos aspectos relacionados à sua existência, como um aspecto psicológico positivo provenientes pela população, proporcionada pelo contato com a área verde e/ou pelo uso do espaço para o convívio social. A vegetação urbana atua ainda, de forma direta, no conforto ambiental. Dentre as vantagens proporcionadas pelo uso da vegetação, destacam-se: a melhoria microclimática – interceptação da radiação solar; efeito sobre a umidade do ar e sobre o ciclo hidrológico das cidades; e diminuição da velocidade dos ventos; a ação contra a poluição pela retenção de partículas poluidoras; a contribuição para o conforto lumínico – proporcionam sombra e atuam como barreiras contra o ofuscamento das luzes; a barreira acústica – quando a vegetação utilizada for densa. Além destas vantagens diretas, a vegetação atua beneficemente na sensação de bem-estar e na qualidade de vida daqueles que desfrutam do ambiente coberto por espécies vegetais.

### 3.1.3 Relação Espaço Público e Cidade

No Brasil, principalmente nos pequenos núcleos urbanos, a representação urbana está diretamente relacionada à presença do espaço público “praça”. Deste modo, é comumente a associação do centro de uma cidade à presença de uma praça principal, bem como da igreja católica. Tendo como simbologia urbana esses dois elementos da parte central de uma cidade (GOMES, 2005).

Por ser um dos elementos da geometria espacial que compõe a cidade, na concepção de Robba e Macedo (2003), a praça está diretamente relacionada às questões sociais, formais e estéticas de um assentamento. Para retratar sobre as praças, primeiramente é preciso analisar o contexto urbano no qual elas estão inseridas. Na tentativa de esclarecer o significado urbano da praça nos dias de hoje, é fundamental compreender o surgimento deste espaço público nas primeiras vilas e povoados coloniais brasileiros até a evolução ao longo dos séculos.

Gomes (2005) explana que além de algumas funções desempenhadas pelas praças e dos aspectos gerais da sua inserção nas cidades, a implantação da vegetação no espaço

urbano e o ajardinamento dos espaços públicos são realizados tendo em vista o aperfeiçoamento destes com a presença da área verde, dando contraste ao local. Estes atributos são essenciais para compreender a evolução das praças nas cidades brasileiras, relacionada às grandes mudanças nos atuais padrões arquitetônicos e paisagísticos na Europa.

A praça referente à cultura brasileira é associada ao conceito de espaço público, acessível a todos os indivíduos, moradores ou visitantes, sendo capazes de interagir publicamente no mesmo nível, independentemente de sua condição social. A localização da praça na cidade, a permeabilização como acesso, a impressão que reflete e a atmosfera de seu interior, que convidam a população a frequentar o ambiente, expandem seu caráter de espaço público (ALEX, 2008).

Ao analisar a importância da praça e o seu caráter funcional, De Angelis *et al* (2005), enfatizam que em determinados bairros, a praça pode ser a única opção lazer para os habitantes. Apesar de obter uma grande concorrência em relação aos espaços privados como os *shopping-centers*, parque de diversões temáticas, estádios de futebol, televisão, o espaço livre atrai a maior parte da população, sendo a mais frequentada. No entanto, Gomes (2005) ressalta que durante os últimos tempos, as praças públicas perderam a atratividade empregadas para a população, devido aos espaços privativos de lazer que passaram a ser mais frequentados pela população.

Há nas pequenas cidades interioranas a escassez de opções de espaços privados, frutos do capital hegemônico, destinados, entre outras funções, ao ócio e lazer, como bons restaurantes, cinemas, teatros, *shopping-centers*. No caso dos pobres das cidades de médio a grande porte, a dificuldade de acesso a esses lugares, se dá principalmente pela distância, incluindo o valor do transporte e, muitas vezes, o alto custo para se frequentar e usufruir destes espaços. [...] Com isso, os espaços públicos apresentam-se como um importante espaço destinado ao lazer, propiciando uma rica vida urbana, com intensas práticas sociais ligadas ao ócio. No caso dos pobres, até as ruas se transformam em praças alongadas, terrenos baldios em campinhos de futebol, transformando o uso destes lugares em parciaisidades (DIZERÓ, 2006, p. 22).

Para Bovo (2009, p. 109) “nas cidades ocidentais elas são mesmo imprescindíveis, em face ao papel que desempenham na vida social das diversas sociedades nas quais se inserem [...] indicam claramente o nível de criatividade [...] o exercício de direitos e deveres de cidadania”. Portanto, em todas as cidades, independentemente do porte de serem pequenas, médias ou grandes, há a presença de um dos principais elementos urbanísticos para a vida da população urbana: a praça pública.

### 3.2 PAISAGISMO

Abbud (2006) descreve o paisagismo como a única expressão artística que engloba os cinco sentidos do homem. Pois enquanto a escultura, pintura, arquitetura e outras artes usam apenas a visão, o paisagismo utiliza além deste, a audição, o tato, o olfato e o paladar, o que contribui o observador a obter uma experiência perceptiva mais aprimorada. Deste modo, se um jardim conseguir aguçar todos os sentidos do ser humano, seu papel será cumprido.

O conceito definido por Mascaró (2008) a respeito da paisagem é um espaço aberto visto com uma perspectiva de apenas um só olhar. É compreendido como uma prática ecológica, incorporado fisicamente em um ambiente natural, onde são inseridos os elementos e as estruturas construídas pelo ser humano, de uma determinada cultura, denominada também de paisagem cultural.

O paisagismo está em qualquer lugar externo e a partir disto, a configuração das cidades é transformada. Os arquitetos paisagistas projetam jardins desde que estes estejam dentro de um contexto. Eles também mesclam a arte e a ciência para a criação de espaços, além de desempenhar um papel cada vez mais importante, solucionando os grandes problemas ambientais, gerando comunidades sustentáveis a partir das mudanças climáticas e elaborando propostas de revitalização urbana solucionando os perigos ambientais, criando espaços de lazer, obtendo assim uma paisagem natural agradável. (WATERMAN, 2010)

Conforme Lira Filho (2001), a prática do paisagismo no Brasil se inicia no Período Colonial. Porém, este ramo só começou a ganhar importância no mercado de trabalho a partir da década de 80, quando as pessoas e as empresas sentiram falta de proporcionar um espaço mais agradável, assim, houve maior interesse ao paisagismo, visando aprimorar os espaços e tornando-os mais adequados. Atualmente, esta área virou tendência que estimulou o ramo de jardinagem, onde são reunidas diversas empresas no país e cresce 10% ao ano.

Nas últimas décadas, o paisagismo deixou de ser uma atividade unitária e passou a ganhar um local junto à essência do desenho e de seu pensamento. Durante o período modernista, os arquitetos se sentiram inseguros em relação à paisagem, tendo maior interesse às áreas técnicas, geométricas, assim, era mais complexo incorporar a natureza orgânica da paisagem. Porém, na arquitetura pós-moderna, os arquitetos usufruíram dos conceitos (o ecletismo, a fragmentação, o historicismo, a ironia e a metáfora) que eram permitidos apenas no período pós-moderno e radicalizaram com esses elementos em mãos (FRANCO, 1997). Complementando o pensamento pós modernista, Waterman (2010) cita que durante este

período, os arquitetos poderiam abusar das referências a outros períodos e estilos, expandindo a liberdade do paisagismo de tomar cenários maiores. Esta liberdade artística e estilística está encaixada no propósito da arquitetura paisagística.

Por outro lado, cabe lembrar que a predominância dos conceitos paisagísticos em projetos, que apresentam o novo dentro do campo da arquitetura, devem-se, em parte, ao movimento ambientalista mundial e à contribuição de uma série de outros profissionais de áreas afins, atuando na paisagem por disciplinas como a pintura, a escultura, a arquitetura e a arte do meio ambiente. Portanto, pode-se afirmar que atualmente a paisagem projetada é plural, é um produto de numerosas fontes e disciplinas (FRANCO, 1997, p. 20).

De acordo com Abbud (2006), a proposta projetual tem como principal elemento arquitetônico o paisagismo, onde é possível elaborar espaços dinâmicos e proporcionar bem-estar aos visitantes. Nesta área, também estão inseridos os jardins, o mobiliário urbano, as calçadas, entre outros elementos. No ponto de vista do arquiteto paisagista, estes elementos que compõem a paisagem precisam estar em harmonia, pois a partir deles é possível determinar os principais pontos do projeto. Outros meios como esculturas, espelhos d'água, espécies vegetais, e também edificações, podem ser usados para a definição destes.

Após a elaboração de um projeto, Lira Filho (2001) explica que o paisagista utiliza os elementos construídos ou a vegetação e também dos sentimentos para obter um processo de comunicação com os apreciadores da paisagem que será construída. Para trabalhar estes sentimentos, o projetista utiliza alguns elementos básicos da comunicação visual como a textura, a forma, a cor e a linha, assim como os princípios da estética, onde são encontrados nas diversas formas de arte.

Waterman (2010) afirma que todos os elementos que estão inseridos na paisagem fazem parte de um conjunto que se relaciona. Assim, é de suma importância o projetista abranger uma visão ampla de todos os aspectos. Após esta etapa, o paisagista pode estabelecer as metas e objetivos para o projeto do terreno. Deste modo, o arquiteto pode experimentar as relações entre os usos e o terreno.

O projetista da paisagem compreende a forma do espaço, onde é inserido a vegetação, como um material plástico, caracterizado por determinados aspectos, mesmo que seja um material vivo que modifica sua forma, cor ao decorrer das estações e da vida e uma ecologia própria que adapta a sua utilização (MASCARÓ, 2008).

Sobre a arquitetura paisagística, Waterman (2010, p. 15) expressa: “a arquitetura paisagística está em constante evolução para vencer este desafio – ela constrói, baseada no seu

passado, um futuro melhor para todos nós”. Ou seja, é na paisagem que todos os conceitos relacionados a existência do ser humano entra em prática. Desse modo, é essencial que os arquitetos tenham a habilidade de atingir a um projeto e a uma estratégia que os inspirem, reconhecendo o caráter único dos espaços individuais e conseguir entender quais lugares pertencem aos sistemas maiores.

### 3.3 PAISAGEM URBANA

Para Cullen (1983), a paisagem urbana é um conceito que retrata o método de tornar equilibrado e organizado, visualmente, a mistura de edifícios, ruas e ambientes que constituem o espaço urbano. Posto isto, segundo o autor, o conceito de paisagem urbana, que é formado pela sua simplicidade e objetividade, é uma das concepções mais disseminadas de instrumento de avaliação dos espaços urbanos, sendo porventura uma das principais formas de compreender e analisar o espaço.

A paisagem urbana é o palco onde é desenvolvido a história da humanidade, “é na paisagem que todas as forças inter-relacionadas de nossa existência entram em ação” (WATERMAN, 2010, p. 15)

Segundo Macedo (2002), os espaços públicos associados as áreas verdes urbanas desempenham um importante papel na cidade. As prudências com os espaços existentes e a criação de novos espaços proporcionam a conservação dos valores da população. Acrescentar o paisagismo no projeto de intervenção proposto significará contribuir para as relações sociais, melhorar as condições climáticas locais e valorizar a paisagem local.

O papel do arquiteto paisagista conforme Waterman (2010), é a criação de paisagens para serem habitadas, observadas e admiradas. O ser humano está em constante movimento e, mesmo quando parado, ainda consegue observar os movimentos e a paisagem que se situam ao seu redor, ou seja, vivenciando o local. Sendo assim, o objetivo da arquitetura paisagística é elaborar um método para que os usuários possam reconhecer o local e se identificar com ele.

Conforme Lira Filho (2001), a presença da área verde na paisagem urbana aumenta o grau de uma cidade, podendo beneficiar os aspectos políticos, sociais e econômicos. Além disso, a existência da arborização nas vias públicas e áreas verdes fornece à paisagem um aperfeiçoamento estético, trazendo vários benefícios à população,

principalmente, quanto ao bem-estar físico e mental, proporcionado pelo lazer passivo ou ativo.

A respeito dos elementos que compõem a paisagem urbana, Alex (2008, p. 61) ressalta: “Praças, ruas, jardins e parques constituem o cerne do sistema de espaços abertos na cidade. Nem sempre verdes, os espaços livres são o reflexo de um ideal da vida urbana em determinado momento histórico”.

É importante lembrar que não basta projetar uma praça ou um parque. É preciso entender a dinâmica de uma cidade e a vida das pessoas no seu cotidiano, a fim de que os espaços públicos a serem projetados reflitam as necessidades e os anseios dos seus usuários, para só assim serem realmente utilizados. Um bom projeto de espaço público não depende apenas de uma boa execução técnica; também deve ser o espaço certo, no lugar certo e para as pessoas certas. A cidade precisa ser vista sob seus múltiplos aspectos, sejam eles físicos, sociais, econômicos ou culturais. E é este olhar múltiplo que deve ser absorvido pelas políticas públicas, que também precisam ser acompanhadas por políticas sociais que exerçam o controle do processo especulativo que envolve as melhorias urbanas, para que a população local, sobretudo a de baixa renda, possa usufruir das transformações e não seja expulsa de seu local de origem (GATTI, 2013. p. 09).

A cidade “é uma unidade geradora de um excedente de bem-estar e de facilidades que leva a maioria das pessoas a preferirem, viver em comunidade a viverem isoladas” (CULLEN, 1983, p. 09). Precisamente, por terem escolhido viver em sociedade, as pessoas sentem a necessidade de habitar espaços para dialogar, reunir, ter um momento de lazer. Portanto a praça não é apenas um ambiente vazio na cidade, ela é também um espaço convidativo que permite o convívio entre a população, a integração social, encontros, descanso e a prática de diversas atividades e apreciação da paisagem.

### 3.4 GOIOERÊ – PR

#### 3.4.1 Localização e Características Geográficas

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Goioerê está localizado na região Noroeste do estado do Paraná (figura 01), com uma área de aproximadamente 564,163 km<sup>2</sup>, atualmente, a cidade conta com 29.743 habitantes e está à 530 km de distância da capital Curitiba.

Figura 01 – Localização da cidade de Goioerê-PR



Fonte: <http://goioere.cidadeportal.com.br/p/sobre-goioere>

### 3.4.2 História da cidade

De acordo com o *site* da prefeitura de Goioerê-PR, o surgimento da cidade se deu início em 1943 com a chegada dos irmãos Francisco, Carlos e Wladimir Scarpari que se estabeleceram às margens do Rio Goioerê, fundando ali as primeiras fazendas de café. Mais tarde, com a notícia do surgimento de várias cidades na região, os irmãos criaram a Imobiliária Sociedade Goioerê, a partir disto, o povoamento se fez rapidamente sendo os primeiros lotes habitados por famílias recém-chegadas. Um fator que causou o desenvolvimento da região foi a construção da rodovia que liga as cidades de Campo Mourão e Cascavel, passando pela região de Goioerê. A partir da Lei Estadual nº 58 de 10 de agosto de 1955, foi criada a cidade de Goioerê.

### 3.4.3 Origem do nome

Conforme o *site* da prefeitura de Goioerê-PR, o nome da cidade se origina da língua Caingangue, tribo de índios que ocuparam diversas regiões do Paraná, onde GOIO significa “água” e ERÊ significa “limpa e clara”, assim o município é conhecido como “Águas Claras”. Todavia, segundo o historiador Francisco Filipak, que obtém uma profunda experiência da origem dos nomes dos municípios do Paraná, a origem do nome é mesmo

caingangue mas apresenta outro significado, em que GOIO significa “rio” e ERÊ significa “campo”, deste modo, a verdadeira etimologia seria “Rio de Campo” ou “rio que passa no meio do campo”. No livro “Municípios Paranaenses: origens e significados de seus nomes”, editado pelo Governo do Estado do Paraná, em 2006, foi registrado como tradução oficial, em que Goioerê significa “Rio de Campo” ou “rio que passa no meio do campo”.

#### 3.4.4 Meio ambiente e lazer

Goioerê possui algumas áreas verdes em suas proximidades, como o Parque Ecológico Municipal Danilo Marques Moura e o Parque Natural Municipal Antônio Sestak. A cidade efetua projetos de recuperação da mata ciliar através do Viveiro Municipal que fornece mudas de árvores nativas da região e realiza um projeto de criação de peixes para o repovoamento dos rios do município (PORTAL CIDADE GOIOERÊ).

Segundo o Portal da Cidade de Goioerê, o município faz parte de um polo de cidades menores da região e por ser um cunho universitário estes fatores contribuem para o crescimento da cidade. É possível encontrar várias opções de lazer e diversão como o Parque do Povo, o Parque Ecológico, a Praça Nordestina, a Fonte Luminosa, a Praça do Japão, o Clube de Campo, entre outros.

### 3.5 ARQUITETURA JAPONESA

#### 3.5.1 Origem e Métodos Construtivos

A partir do século VII, com a chegada dos arquitetos, pedreiros, oleiros, fundidores de bronze e outros operários especializados da Coréia, deu origem a cultura e a arte japonesa. No início, os templos eram cópias provindas da cultura chinesa, mas com ornamentações aprimoradas e detalhes mais delicados. Do mesmo modo, os pórticos denominados *Tori* eram utilizados nas entradas de seus sagrados ambientes, as paredes de madeira eram enfeitadas por cores vivas e os telhados sustentados por grandes vigas. No século XVI, a arquitetura japonesa sofreu novas influências de outras culturas, com o desenvolvimento do intercâmbio entre o Japão e os países europeus, foram incorporadas ao tradicional estilo japonês, novas concepções e soluções tecnológicas (GOUVÊA, 2000).

De acordo com o *site* Bontempo (2014), em relação as novas soluções tecnológicas, o Japão é alvo de um dos grandes fenômenos ambientais, os terremotos. Portanto, os arquitetos elaboram construções que sejam resistentes a esse impacto natural que tem sido um grande problema para a população. Foi criado em 1968 por meio das novas concepções, o primeiro arranha-céu do país chamado edifício Kasumigaseki, adotado da mais recente tecnologia de resistência a terremotos, sendo um grande marco arquitetônico.

Além da construção anti-sísmica (terremoto), Morse (1886) cita outras características da arquitetura japonesa como os edifícios à prova de fogo com telhados de telhas e cumeeiras e paredes de cores brancas ou pretas, os templos que por serem altos chamam a atenção desfocando as pequenas moradias ao redor, os grandes telhados negros com maciças cumeeiras e ressaltos e formas curvadas e empenas brancas ou vermelhas que transformam em deslumbrantes objetos independente da perspectiva do observador, e a presença de massas verdes de folhagem projetados em todos os jardins dão vida transformando o contraste da cidade por suas moradias cinzentas.

A arquitetura japonesa tem como característica em seus métodos construtivos a utilização da madeira, assim como a pedra escolhida pelos gregos e romanos. Geralmente o material não é pintado para obter sua estética natural da própria cor e seu contorno. Para Numazawa (2009, p. 16): “a harmonia, simplicidade, economia, beleza, uso de materiais naturais, integração de formas e espaços, fluidez, tranquilidade, pragmatismo e multifuncionalidade são características essenciais de um projeto oriental. ”

Segundo o *site* Cultura Japonesa (2002), a madeira é era analisada desde os tempos primitivos e como não existiam templos naquele período, as árvores majestosas eram adoradas. Atualmente ainda é notável a presença de objetos sagrados pendurados nas árvores que se destacam pelo seu tamanho. As árvores sagradas dominavam o espaço ao seu redor, inspirando a adoração dos homens. Quando passou a assumir outro papel importante, na arquitetura, a madeira conservou a sua característica majestosa no espaço. Muitas vezes a partir do modelo da natureza, com construções altas.

Atualmente, a arquitetura pós-modernista japonesa é considerada ousada por seus *designs* e resultados inovadores como na exposição das novas utilidades e soluções tecnológicas. Gouvêa (2000) salienta que paisagem urbana das cidades japonesas modernas harmoniza os estilos e as diversas formas, preservando a identidade de um povo, por causa de um dinamismo entre a cultura tradicional e as novas tendências mundiais.

### 3.5.2 Jardins Japoneses

Segundo Lira Filho (2001), os jardins japoneses se originaram em 710 da Era Cristã, porém só conseguiram adquirir expressividade nos séculos XV e XVI, tendo características bem peculiares em relação aos demais.

A partir da metade do século I d.C., a burguesia do Japão passou a implantar jardins que lhes proporcionassem tranquilidade e paz para repousar e meditar. O resultado encontrado foi retratar a natureza de uma maneira artística. Nesta mesma época o Budismo foi introduzido no Japão, influenciando todas as áreas, desde a espiritual e religiosa até a maneira de pensar e de se expressar artisticamente. O Budismo, misturado com a religião original do país - o Xintoísmo - formou à maneira budista zen, que influenciou toda a vida no Japão inclusive a arte da jardinagem. A partir disto, o jardim japonês passou a ser feito dentro da filosofia zen, sendo destinado à contemplação do espetáculo proporcionado pela natureza, um espaço livre do estresse e que leva o observador à meditação (FERREIRA, 2009).

O verdadeiro jardim japonês surgiu na época Kamakura (1185-1392) pela inspiração no Zen-budismo. Conforme Lira Filho (2001), este ficou conhecido como jardim-paisagem pois recordava a formação da pintura oriental. Geralmente o centro é vazio e os elementos que fazem parte obtêm contornos, tendo uma sensação de assimetria.

A concepção do jardim japonês é formada pela associação da paisagem natural tradicional da ilha de Honshu, a maior ilha do arquipélago que forma o Japão, com a doutrina xintoísta, que são grande referência à espiritualidade para os japoneses. O jardim era a representação do santuário de Kami (significa “espírito” ou “divindade”). Desde o início do primeiro século da era moderna, os jardins japoneses sofreram transformações em suas cerimônias e em sua estética por consequência da influência budista, taoista e dos diversos períodos históricos do Japão. Contudo, os elementos principais que compõe jardim permaneceram os mesmos, em virtude ao imenso simbolismo embutidos neles e respeitado por religiões, clãs e pela passagem do tempo (JANIO, 2015).

Aikido (2015) relata que os jardins japoneses, provenientes do Xintoísmo – principal religião do Japão que acredita que o homem faz parte da natureza e deve conviver harmoniosamente com ela – são planejados para transmitir valores e sensações de paz e equilíbrio com o meio ambiente. Segundo a paisagista, os jardins japoneses captam a essência da natureza por meio da simbologia e dos elementos, os caminhos de pedras afastam os maus espíritos dando uma visão de amplitude no espaço, além de criar uma atmosfera de equilíbrio

e harmonia com a natureza.

O segredo dos jardins japoneses está na sua tradição. A reserva e o senso de propriedade que caracterizam este povo em todos os seus trabalhos decorativos e artísticos são aqui elevados à perfeição. Além disso, em meio a tanta coisa evanescente, eles vêem a necessidade de criar pontos duráveis de interesse sob a forma de pequenos lagos e pontes, lanternas de pedra de formas curiosas e inscrições em rochas, cabanas e cercas rústicas, caminhos de pedra e pedregulho, e sempre grande quantidade de árvores e arbustos (MORSE, 1886, p. 243).

De acordo com Kawanami (2016) os japoneses apreciam com grande frequência os jardins, que seus menores pedaços de terra são utilizados para este fim. E são diversos os elementos utilizados como característica de um jardim japonês:

- A água: a presença de pequenos lagos, lâminas de água de contorno irregular é de suma importância visto que proporcionam uma paisagem deslumbrante. Podendo também ser encontrada na forma de cascatas e riachos (figura 02). Este elemento simboliza o ciclo da vida do nascimento à morte. É possível notar a presença de carpas, que representa sorte, prosperidade e persistência, devido à capacidade de nada contra as correntezas;

Figura 02 – A água nas formas de cascata, riacho e lago.



Fonte: <http://www.japaoemfoco.com/os-cinco-principais-elementos-de-um-jardim-japones/>

- As pedras: irregulares, de diferentes formatos e grandes blocos de rocha que incrementam o espaço e simbolizam a resistência, o cascalho usado para designar as terras sagradas ou a evolução do homem ao longo da vida (figura 03);

Figura 03 – Pedra, cascalho e areia



Fonte: <http://www.japaoemfoco.com/os-cinco-principais-elementos-de-um-jardim-japones/>

- As lanternas de pedra (figura 04) que proporcionam iluminação aos caminhos, a luz emitida é denominada como a luz do conhecimento, são esculpidas em pedra, formada por cinco partes que representam os cinco elementos budista: a parte inferior onde toca o chão, representa a terra; a seção acima representa a água; a luz que representa o fogo, e a parte superior da lanterna que remete um chapéu e a bolinha voltada para o céu, representam o ar e o espírito (alma);

Figura 04 – Lanternas de pedra



Fonte: <http://www.japaoemfoco.com/os-cinco-principais-elementos-de-um-jardim-japones/>

- As pontes (figura 05): local para relaxar e apreciar a beleza da paisagem, observar as carpas e contemplar o ambiente; elas podem ser construídas de madeira, bambu, terra ou pedra e de serem feitas de várias formas como planas, arredondadas, ziguezague ou levemente arqueadas; podem estar na cor natural ou pintadas de vermelho, referente a tradição chinesa; ela simboliza a transição do mortal para o sagrado;

Figura 05 – Pontes de diversos estilos



Fonte: <http://www.japaoemfoco.com/os-cinco-principais-elementos-de-um-jardim-japones/>

- As plantas (figura 06): o bonsai caracterizado por ser uma espécie de árvore em miniatura simboliza a sorte, as flores são escolhidas com base nas estações em que elas florescem, a flor de lótus simboliza a capacidade de enfrentar a escuridão e florescer de maneira limpa e formosa, o pinheiro japonês é um símbolo da eternidade, as cerejeiras (Sakura) e ameixeiras (Ume), são símbolos da transitoriedade e da fragilidade da vida;

Figura 06 – Plantas utilizadas no jardim japonês



Fonte: <http://www.japaoemfoco.com/os-cinco-principais-elementos-de-um-jardim-japones/>

Este espaço ajardinado é considerado intensamente místico. Inseridos em locais apropriados para a meditação, além de ter inspiração nas filosofias religiosas xintoísta e budista. Apesar deste ambiente sofrer no decorrer dos séculos a influência das mudanças de costumes e ideias religiosas, ele conseguiu manter as características típicas da cultura japonesa (LIRA FILHO, 2001).

Embora os primeiros jardins tenham sido feitos para a aristocracia, no período de Heian (794 – 1185 d.C.) os jardins japoneses foram amplamente difundidos, trazendo consigo o elemento da vida, a água na forma de um lago, com espécies que mudavam o cenário conforme o passar das estações do ano. Este período deu início aos primeiros jardins zens, caracterizados por serem de areia e pedras, sem a inexistência da vegetação. O jardim zen (figura 07) é um espaço para a contemplação e a meditação, com sua estética minimalista, este ambiente proporciona o espectador um estado de calma e reflexão. Este jardim é composto de rochas vulcânicas, pedras, cascalhos e gramas (AIKIDO, 2015).

Figura 07 – Jardim zen



Fonte: [http://www.ecoadubo.blog.br/ecoblog/wp-content/uploads/2014/jardim\\_zen.jpg](http://www.ecoadubo.blog.br/ecoblog/wp-content/uploads/2014/jardim_zen.jpg)

No final do período Heian, originou um novo estilo arquitetônico chamado jardim do paraíso (figura 08), este deve possuir principalmente uma ilha no centro de um lago, representando o paraíso, morada de Buda, também conhecida como Horaijima. Esta ilha não possui conexão com a terra firme, portanto não há pontes para a passagem e circulação das pessoas pois na concepção religiosa, mesmo que o paraíso esteja perto, é difícil para os mortais conseguirem adentrar em solo sagrado. Além desta ilha central, pode existir outros tipos a Tsuru (Ave Grou) e Kame (Tartaruga), que são representações dos animais sagrados da sabedoria, ambas podem ter acesso de pessoas e ser conectadas por pontes (AIKIDO, 2015).

Figura 08 – Jardim do paraíso



Fonte: <http://www.jardinaria.com.br/blog/wp-content/uploads/2010/japanese-style-gardens.jpg>

Por volta de 1568 e 1600 d.C, no período Azuchi-Momoyama, surgiram os Jardins da Cerimônia do Chá. Este jardim japonês fica ao redor do salão do chá (a Cerimônia do Chá é um ritual de confraternização tradicional no Japão) feito por um caminho de cascalhos, com forma sinuosa, a presença das lanternas de pedra e por uma vegetação composta de bambus e arbustos como o podocarpo ou o buxinho (AIKIDO, 2015).

Figura 09 – Jardim da Cerimônia do Chá



Fonte: <http://jardinagempaisagismo.com/wp-content/uploads/2012/jardim-cerimonia-de-cha.jpg>

Com o passar dos tempos, os japoneses encontraram beleza no mutável, no transitório. Conforme o *site* Cultura Japonesa (2002): “tudo muda e passa: o tempo, as estações, a luz e a sombra. Até os reflexos sobre a superfície de um lago estão constantemente se alterando. O mesmo se aplica aos humanos, que também desaparecem no devido tempo”.

## 4 CORRELATOS

### 4.1 PRAÇA DO JAPÃO (CURITIBA – PR)

De acordo com o *site* Portal da Prefeitura de Curitiba, a Capital do estado do Paraná, apresenta uma grande miscigenação étnica e é marcada por um cenário repleto de pontos turísticos e culturais que homenageiam a diversidade presente na região, principalmente de imigrantes vindos nos séculos XVIII a XX. Com isso, estão presentes na metrópole, diversas homenagens a essas culturas como as praças, memoriais, bosques e outras referências. Ela possui a segunda maior comunidade japonesa do Brasil, atrás somente de São Paulo, e hoje abriga mais de 32 mil descendentes de japoneses em sua região.

A Praça do Japão (figura 10), um espaço público construído em homenagem aos imigrantes japoneses que chegaram em 1910 em Curitiba, está localizada no bairro de Água Verde, próximo ao bairro Batel, rodeada por várias edificações em seu entorno. Seu projeto ganhou forma durante a década de 1960 e concluído em 1962. Foi elaborado uma grande reforma, em 1993, com a inauguração do Portal Japonês e o Memorial da Imigração Japonesa. Desde então, o local tornou-se um importante espaço de convivência e cultura na cidade (PORTAL PREFEITURA DE CURITIBA).

Figura 10 – Praça do Japão:



Fonte: <http://www.curitiba-parana.net/fotos/praca-japao-3.jpg>

Em uma área de vasta arborização de aproximadamente 14 mil metros quadrados, existem espalhadas pela praça, em torno de 30 cerejeiras (conhecidas como Sakura) enviadas

do Japão pelo império nipônico, 6 lagos artificiais no estilo japonês com carpas coloridas, uma estátua de Buda (referente à religião predominante no Japão, utilizado à contemplação) em resina inserida no centro do lago (figura 11) que marca a irmandade entre Curitiba e Himeji e simboliza a paciência, a lanterna esculpida em pedra (figura 12) com 1,20 m de altura – um dos símbolos tradicionais no jardim japonês, duas cascatas, portal em madeira japonês, monumento em comemoração aos 50 e 100 Anos de Imigração Japonesa no Brasil e a estátua Paz Nº 30.31, do artista plástico japonês Baku Inoue, em referência a bomba atômica de Hiroshima, relata o *site* Portal da Prefeitura de Curitiba.

A Praça do Japão também é palco de diversas atrações culturais, entre elas podemos citar as aulas de ábaco, a meditação, oficinas de origami e a “Cerimônia do Chá”, uma tradição budista que promove paz e tranquilidade ao preparar, servir e beber chá.

Figura 11 – Lago artificial e estátua de buda



Fonte: <http://guiaturismocuritiba.com/2010/11/praca-japao.html>

Figura 12 – Lanterna de pedra



Fonte: <http://www.curitiba-parana.net/japao.htm>

#### 4.2 PRAÇA PORTUGAL (FORTALEZA – CE)

Segundo o *site* Tribuna do Ceará, a Praça Portugal está localizada na Capital do Estado de Ceará, Fortaleza, no bairro Aldeota. Foi construída em 1947, pela arquiteta paisagista Maria Clara Nogueira Paes, e inaugurada definitivamente em 1968, passando por várias reformas. A praça apresenta um formato circular único, chamando a atenção pelo seu tamanho e simetria. Ao seu redor está situado diversas lojas em shoppings “*open mall*” e o shopping Aldeota.

Vista por uma perspectiva da parte superior (figura 13), o formato circular se completa com as formas quadradas e retangulares do comércio e dos edifícios da região. Ela se situa no centro de duas das maiores e mais movimentadas avenidas do bairro, Dom Luiz e Desembargador Moreira, devido a este fator, a praça é literalmente, circulada pelo alto fluxo de veículos durante o dia inteiro.

Figura 13 – Vista superior da Praça Portugal



Fonte: <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/tag/praca-portugal/>

O verde da natureza predominante no local é escasso. Apesar de algumas árvores estarem inseridas no cenário e no meio do tráfego, de veículos, ainda é possível ouvir o cantarolo dos pássaros. O céu azul, com algumas nuvens brancas dão um toque contrastante, em meio ao mar de prédios coloridos de diversos tamanhos que circundam a praça.

A Praça Portugal foi considerada um dos melhores projetos de praça do Brasil, tendo destaque no Quadro do Paisagismo no Brasil/Edição Faculdade de Arquitetura e Urbanismo USP. Entre 1999 e 2000 o local ganha um novo aspecto com a presença marcante de jovens apreciadores e fãs da cultura japonesa, tornando a praça o recanto dos *otakus* (fãs de anime, mangá, jpop e outros).

Em 2014, a Prefeitura Municipal de Fortaleza anunciou um projeto para substituir a praça por 4 outras que ficariam nas pontas do quadrilátero que compreende o espaço, ao invés de no centro como é hoje. Deste modo, a parte central, por sua vez, daria lugar a um cruzamento semaforizado. Portanto, a proposta foi reformulada, propondo uma requalificação da Praça Portugal (figura 14) que teve início no final de abril de 2016 e foi concluída no começo

de setembro. O projeto que gerou polêmicas, foi reformulado e a praça central, teve redução de 4m de raio, mas continuou mantendo as características do logradouro (TRIBUNA DO CEARÁ).

Figura 14 – Praça Portugal após projeto de requalificação



Fonte: [http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ image/praca-portugal.jpg](http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/image/praca-portugal.jpg)

Com a inauguração da praça após a requalificação, o espaço ganhou cinco novos espaços de convivência – com mobiliários urbanos, projeto luminotécnico, *food trucks* – além de intervenções que garantem o aceleração do trânsito da região. O projeto da nova praça conecta os espaços laterais com a calçada, aumentando a área de passeio em 37,76%, passando de 7.545,49 m<sup>2</sup> para 10.394,12 m<sup>2</sup>. A Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (Seuma) estima que a cobertura de áreas verdes aumentou o espaço em 90%.

Figura 15 – Ciclofaixa da avenida Dom Luis



Figura 16 – Faixa de pedestre com botoeiras



Fonte: <http://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2016/praca-portugal-apos-obras-de-requalificacao.html>

O logradouro oferece semáforos exclusivos para faixas de ônibus, um recuo de 4 m na praça central a fim de se criar mais uma via de trânsito facilitando o deslocamento do transporte público. A ciclofaixa da avenida Dom Luis (figura 15) agora possui continuidade e ganhou espaço, contornando a praça. Outro destaque são as faixas de pedestre equipadas com botoeiras (figura 16), que facilitam o acesso de transeuntes a praça central e o trânsito entre as quatro praças laterais criadas. O ambiente, que antes era coberto por vegetação e escuro, conta agora com a atribuição de sistema de iluminação pública de LED, próximo as árvores e no chão. A Praça ganhou 90 novas árvores, além das 109 já existentes (TRIBUNA DO CEARÁ).

#### 4.3 PRAÇA ARY COELHO (CAMPO GRANDE – MS)

Conforme o *site* Campo Grande News, situada na região central da capital, entre a Avenida Afonso Pena e ruas 14 de Julho, 13 de Maio e 15 de Novembro, a Praça Ary Coelho (figura 17) abrigou o primeiro cemitério de Campo Grande que, durante aquela época, ficava nos arredores da igreja. Com o passar dos anos, foi recebida diversas nomenclaturas. Com o desenvolvimento do novo tratado urbano, em 1909, a praça ficou conhecida como Dois de Novembro e em 1915 ficou reconhecida como jardim, ou Praça da Independência. No início dos anos 30, foi nomeada como a Praça da Liberdade. Em 1957 o coreto foi substituído por uma fonte luminosa. O logradouro recebeu a denominação de Praça Ary Coelho em 1954, em homenagem ao Prefeito de Campo Grande.

Figura 17 – Vista da Praça Ary Coelho



Fonte: <https://kekanto.com.br/biz/praca-ari-coelho>

Foi totalmente reestruturada pela prefeitura em 1996. O novo projeto reorganizou todos os canteiros, utilizando-se de formas orgânicas em contradição ao desenho de aspecto geométrico anterior. A pérgula antiga, a fonte luminosa e os espelhos d'água permaneceram, sendo restaurados. Com a reforma foram implantados sanitários, além de um anfiteatro e posto policial.

Em 2012, foi desenvolvido uma proposta de revitalização na Praça Ary Coelho, que possui 10 mil metros quadrados. Após o processo, o local recebeu novo calçamento e foi cercada com grades, possuindo cinco entradas, o chafariz passou a ser modificado por um sistema eletrônico de iluminação e sonorização.

Segundo informações da assessoria, a fonte recebeu 120 lâmpadas de LED que de acordo com o ritmo da música, proporcionam um efeito que piscam (figura 18). Para as crianças, o parque ganhou novos brinquedos (figura 19) e a areia foi substituída por piso. Para os idosos, foi elaborada uma área com academia de ginástica ao ar livre (figura 20) e mesinhas de dama e xadrez para o lazer.

Figura 18 – Chafariz com novos sistemas eletrônicos



Fonte: <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/fotos/2012/praca-ary-coelho.html>

O projeto aplica artifícios formais de desenho de piso, com o objetivo de conservar a memória do desenho eclético da praça e visa o resgate de usos tradicionais, no caso, o lazer contemplativo, associadamente ao uso de lazer cultural e da circulação de pedestres (ROBBA; MACEDO, 2003).

Figura 19 – Brinquedos para as crianças



Fonte: <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/fotos/2012/praca-ary-coelho.html>

Figura 20 – Academia ao ar livre para idosos



Fonte: <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/fotos/2012/praca-ary-coelho.html>

A praça agora revitalizada, além de proporcionar um local mais aperfeiçoado de lazer a população, reconstituiu o coreto – que devido às reclamações da população, foi executado a demolição – proporcionou o funcionamento da fonte luminosa, além da criação da pérgula para os casais e a implantação de um mictório público de grande utilidade. Portanto, a proposta procurou atender a todos os cidadãos de diferentes faixas etárias, com o objetivo de usufruir do novo espaço de lazer revitalizado (CAMPO GRANDE NEWS).

## CONCLUSÃO

A partir da elaboração das aproximações teóricas dos fundamentos arquitetônicos referentes aos quatro núcleos do curso, foi possível compreender, por meio das pesquisas bibliográficas realizadas através do desenvolvimento do trabalho. E possibilita o leitor a ter um conhecimento aprimorado dos fundamentos arquitetônicos, assim como sua relação com o tema do projeto proposto.

O presente trabalho, explana a origem da cidade, o papel do arquiteto desde seu surgimento até os dias atuais, abrangendo as técnicas construtivas utilizadas por ele, o desenvolvimento do urbanismo e o planejamento urbano, as metodologias projetuais aplicadas, entre outros.

Na revisão bibliográfica e suporte teórico, foram elaboradas pesquisas que fundamentam o trabalho, tais como a praça, seu surgimento e relação com a cidade; a importância do paisagismo; o contexto da paisagem urbana; a cidade de Goioerê, local onde será realizado as diretrizes projetuais.

No tópico dos correlatos, foi elaborado uma pesquisa, buscando obras que se relacionam com o tema proposto, levando em conta o programa de necessidades, os métodos empregados nas referentes obras, os aspectos ambientais, formais, construtivos e funcionais. Foram inseridos imagens no decorrer deste item para o melhor entendimento das obras analisadas.

O projeto está se desenvolvendo por meio de etapas. No entanto, este não apresenta uma conclusão definitiva, pois estão sendo realizados estudos mais aprofundados. Os estudos estão sendo produzidos por meio de levantamentos fotográficos, pesquisas bibliográficas, análises, para obter um resultado satisfatório. Contudo, o aprofundamento por meio destes proporcionará o melhor entendimento do projetista, aperfeiçoando o seu conhecimento.

## REFERÊNCIAS

ABBUD, Benedito. **Criando Paisagens**: guia de trabalho em arquitetura paisagística. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

AIKIDO, Ganseki Kai. **Jardim japonês**: uma Integração única de elementos para criar beleza. 2015. Disponível em <<http://www.gansekikai.org/jardim-japones-uma-integracao-unica-de-elementos-para-criar-beleza/>> Acesso em: 01 de maio de 2017.

ALEX, Sun. **Projeto da praça**: Convívio e exclusão no espaço público. Sun Alex, São Paulo. Editora Senac São Paulo, 2008.

ALMEIDA, M. A. P. **Urbanismo**: história e desenvolvimento. São Paulo, EPUSP, 1995.

ASHRAE. **Handbook of Fundamentals**. New York, 1993.

BENEVOLO, L. **História da Cidade**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1993.

BONTEMPO. **A grandiosidade da arquitetura japonesa**. 2014. Disponível em <<http://www.bontempo.com.br/arquitetura/grandiosidade-da-arquitetura-japonesa/>> Acesso em: 25 abr. 2017.

BOVO, M. C. **Áreas verdes urbanas, imagens e uso**: um estudo geográfico sobre a cidade de Maringá-PR. (Tese de Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP - Presidente Prudente, 2009.

BOVO, M. C.; HAHN F.; RÉ T.M. **A praça como objeto de estudo de uma pequena cidade**. Fronteiras: Revista de História | Dourados, MS | v. 18 | n. 31 | p. 431 - 456 | Jan. / Jun. 2016.

BRAGA, Márcia. **Conservação e Restauro**: arquitetura. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2003.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

CAMPO GRANDE NEWS. **A Praça Ary Coelho**. 2012. Disponível em <<https://www.campograndenews.com.br/artigos/a-praca-ary-coelho>> Acesso em: 13 de maio de 2017.

COELHO NETO, J. T. **A Construção do Sentido na Arquitetura**: Perspectiva, 1999.

COLIN, Silvio. **Introdução à Arquitetura**. Rio de Janeiro: UAPÊ, 2000.

CORREA, D. F. **Espaço urbano, bens públicos e cooperação**: um estudo de caso da revitalização de praças em Florianópolis pela empresa WOA Empreendimentos imobiliários. 2014. Dissertação (Monografia em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

CULTURA JAPONESA. **O método construtivo japonês**: a Madeira. 2002. Disponível em <[http://www.culturajaponesa.com.br/?page\\_id=266](http://www.culturajaponesa.com.br/?page_id=266)> Acesso em: 25 abr. 2017.

CULLEN, G. **Paisagem urbana**. Lisboa: Edições 70, 1971.

DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingues et al. **Praças: História, Usos e Funções**. Editora da Universidade de Maringá - Fundamentum (15), 2005.

DIAS, Solange Irene Smolarek. **Apostila de Estudos**: Teoria da Arquitetura e do Urbanismo I. Cascavel: CAUFAG, 2006.

DIZERÓ, Joselle Davanço. **Praça do interior paulista**: estudos de caso nas cidades de Ribeirão Preto e Monte Alto/SP. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC, Campinas, 2006.

FERREIRA, Bebel Marrey. **Jardim Japonês e seus mistérios**. 2009. Disponível em <<http://bbel.uol.com.br/decoracao/jardim-japones-e-seus-misterios-4/>> Acesso em: 26 abr. 2017.

FONT, M. **A praça em movimento**: processos de transformações morfológicas e funcionais no Brasil do século XX. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Desenho Ambiental**: Uma Introdução à Arquitetura da Paisagem com o Paradigma Ecológico / Maria de Assunção Ribeiro Franco - São Paulo, Annablume: Fapesp, 1997.

GATTI, Simone. Espaços Públicos: **Diagnóstico e metodologia de projeto**. São Paulo: ABCP, 2013. Disponível em: <<http://www.cimentoitambe.com.br/wp-content/uploads/2013/09/Espacos-Publicos.pdf>> Acesso em: 25 abr. 2017.

GOIONEWS. **Praça do Japão é reinaugurada em grande estilo**. 2013. Disponível em <<http://www.goionews.com.br/noticia/2013/07/13/1943/praca-do-japao-e-reinaugurada-em-grande-estilo/41189/>> Acesso em: 15 mar. 2017.

GOITIA, F.C. **Breve história do urbanismo**. Lisboa, Editorial Presença, 1992.

GOMES, M.A.S. **As praças de Ribeirão Preto-SP: Uma Contribuição Geográfica ao Planejamento e à Gestão dos Espaços Públicos** / Marcos Antônio Silvestre Gomes. - Uberlândia, 2005.

GOUVÊA, Irajá. **O kitsch saudosista japonês na arquitetura brasileira** / Irajá Gouvêa – Marília: UNIMAR; São Paulo: Arte & Ciência, 2000.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural na esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HERTZBERGER, H. **Lições de Arquitetura**. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA – IBGE. **Goioerê – Pr**. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=410860>> Acesso em: 09 de maio de 2017.

JANIO. **Jardim japonês**. 2015. Disponível em <<http://jardinagemepaisagismo.com/jardim-japones.html>> Acesso em: 27 abr. 2017.

KAWANAMI, Silvia. **Os Cinco Principais Elementos de um Jardim Japonês**. 2016. Disponível em <<http://www.japaoemfoco.com/os-cinco-principais-elementos-de-um-jardim-japones/>> Acesso em: 28 abr. 2017.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gubenkian. Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1993.

LAMBERTS, Roberto. **Eficiência energética na arquitetura**. São Paulo: Pw Editores, 1997. 188 p.

LEENHARDT, Jacques. **Nos Jardins de Burle Marx**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LIRA FILHO, José Augusto de. **Paisagismo: princípios básicos**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACEDO, S. S.; ROBBA, F. **Praças brasileiras**. São Paulo: Edusp, 2002.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades:** alternativas para a crise urbana. 3. ed. Petrópolis:Vozes, 2001.

MASCARÓ, Juan Luis (org.). **Infra-estrutura da paisagem.** Porto Alegre: Masquatro Editora, 2008.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo:** Oposição ou Complementaridade? Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

MIQUELIN, Lauro C. **Anatomia dos edifícios hospitalares.** São Paulo: CEDAS, 1992.

MORSE, Edward S. **Lares Japoneses:** seus Jardins e Arredores. Editorial Nórdica, 1886.

NEUFERT, Ernst. **Arte de Projetar em Arquitetura.** Gustavo Gili, 2004.

NUMAZAWA, Camila Thiemy Dias. **Arquitetura japonesa no Pará:** Estudo de Caso em Edificações de Técnica Construtiva no município de Tomé-Açu. Florianópolis. 2009.

OLGYAY, Victor. **Arquitectura y clima:** Manual de Diseño Bioclimático para Arquitectos y Urbanistas. Barcelona: Gustavo Gili, 1998.

OLIVEIRA, M. A.; ARAÚJO, M. L. Espaço Público? Análise da Acessibilidade das Pne's na Praça Batista Campos em Belém/PA. In: **Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos**, 2010, Porto Alegre. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), 2010. V.1.

PORTAL CIDADE GOIOERÊ. **Sobre Goioere.** Disponível em: <<http://goioere.cidadeportal.com.br/p/sobre-goioere>> Acesso em: 09 de maio de 2017.

PORTAL PREFEITURA DE CURITIBA. **Praça do Japão.** Disponível em <<http://www.curitiba.pr.gov.br/idioma/portugues/pracajapao>> Acesso em: 11 de maio de 2017.

PREFEITURA DE GOIOERÊ. **Conheça a cidade.** 2013. Disponível em <<http://goioere.pr.gov.br/conheca-cidade>> Acesso em: 08 de maio de 2017.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 2002.

ROBBA, F.; MACEDO, S. S. **Praças Brasileiras.** Editora da Universidade de São Paulo, 311p., 2003.

ROMERO, Marta Adriana B. **Arquitetura bioclimática do espaço público**. Brasília: UNB, 2001.

ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SERRA, Rafael. **Arquitetura bioclimática**. Barcelona: Gustavo Gili, 1989.

SILVA, M. **Arquitetura Japonesa**. 2009. Disponível em <http://www.tadaimacuritiba.com.br/arquitetura-japonesa/> Acesso em: 28 abr. 2017.

TRIBUNA DO CEARÁ. **Praça Portugal**. Disponível em <http://tribunadoceara.uol.com.br/especiais/praca-portugal/historia/> Acesso em: 11 de maio de 2017.

VIERO, V. C; BARBOSA FILHO, L. C. **Praças Públicas: origem, conceitos e funções**. Santa Maria: ULBRA, 2009.

WATERMAN, Tim. **Fundamentos de Paisagismo**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

WONG, W. **Princípios de Forma e Desenho**. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

ZEVI, Bruno. **Saber ver a arquitetura**. Martins Fontes, 1996.